

CLIPPING IMPRESSO

03/07/2019



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. COMARCAS.....	1 - 3
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	4
2.2. VARA CRIMINAL.....	5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	6
3.2. DESEMBARGADOR.....	7 - 11
3.3. PRECATÓRIOS.....	12
3.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	13
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. PRECATÓRIOS.....	14 - 15
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	16
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. JUÍZES.....	17
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	18 - 20
7.2. COORDENADORIA DE PRECATÓRIO.....	21
7.3. PRESIDÊNCIA.....	22
7.4. VARA CRIMINAL.....	23

Policial

MP: ex-prefeito é condenado a cinco anos de reclusão

SÃO JOÃO DO CARÚ - Após Denúncia do Ministério Público do Maranhão (MP-MA), o Poder Judiciário condenou o ex-prefeito de São João do Caru, Jadson Lobo Rodrigues, por dispensa ilegal de licitação e crime de responsabilidade (desvio de dinheiro público).

O réu foi condenado à pena de privação de liberdade em cinco anos e cinco meses de reclusão e outra de três anos de detenção, além do pagamento de 10 dias-multa. O valor do dia-multa foi fixado em cinco salários-mínimos.

A sentença, de 18 de junho, aponta que o ex-gestor contratou serviços contábeis sem procedimento licitatório e realizou transferências bancárias no valor de R\$ 200 mil. Ele também realizou transferências bancárias de valores pertencentes ao Município para sua própria conta bancária e de pessoas ligadas a ele.

A justiça decretou a inabilitação do acusado, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular. Jadson Lobo Rodrigues foi condenado a reparar os prejuízos causados aos cofres públicos em R\$ 1.449.875,47, valor referente às transferências ilegais subtraídas do patrimônio público municipal.

Homem é preso suspeito de praticar assaltos na Cidade Olímpica

Nesta terça-feira (2), a polícia prendeu José Maílson de Aquino Pereira, conhecido como “Cebola”, suspeito pelo crime de roubo majorado pela utilização de arma de fogo e concurso de pessoas.

José Maílson, na companhia de mais dois homens armados, praticaram assalto a um estabelecimento comercial na Cidade Olímpica e roubaram grande quantia em dinheiro, produtos do comércio e aparelhos celulares de clientes do estabelecimento.

De acordo com o delegado Leonardo de Carvalho Moreira, que confirmou a prisão, as investigações da polícia apontam que José Maílson tem participação em pelo menos três crimes de roubo, com utilização de arma de fogo.

Além disso, o suspeito responde a vários processos criminais, sendo um na 2ª vara de São José de Ribamar e nas 6ª e 9ª varas criminais da Comarca de São Luís, todos pelo crime de roubo majorado.

Policial

Preso homem condenado por homicídio no trânsito em Timon

A Polícia Civil do Maranhão prendeu, na manhã desta terça-feira (2), Francisco das Chagas Rodrigues Sousa em cumprimento a um mandado de prisão.

O mandado foi expedido pela 3ª vara criminal de Timon, que condenou Francisco das Chagas a quatro anos e 20 dias de prisão, pelo crime de homicídio no trânsito.

Segundo informações da polícia, o Grupo de Pronto Emprego da 18ª Delegacia Regional estava participando da Operação Maranhão Seguro, em São Raimundo das Mangabeiras, quando descobriu que Francisco estava na cidade.

Em ação integrada com a Polícia Militar local, Francisco das Chagas Rodrigues Sousa foi preso e já foi transferido para a Unidade Prisional de Timon onde irá cumprir a sua pena.

Médico com mandado expedido pela justiça de Imperatriz é preso

Suesley Carlos Marques trabalhava como médico no Hospital Municipal de Santa Inês

A Polícia Civil do Estado do Maranhão, através da 7ª Delegacia Regional de Santa Inês, por meio de sua Equipe de Capturas, coordenada pelo Dr. Elson Ramos do Nascimento, com o apoio da 10ª Delegacia Regional de Imperatriz-MA, Coordenada pelo Dr. Ederson Martins, deu cumprimento ao mandado de prisão após sentença condenatória, expedido pela 1ª Vara da Justiça Federal da cidade de Imperatriz - MA, processo decorrente do ano de 2014, em desfavor de Suesley Carlos Marques, de 33 anos, natural de Santa Maria da Vitória - BA.

A Polícia Civil de Santa Inês, após tomar ciência do mandado de prisão, deu início às investigações e logrou êxito

na localização de Suesley Carlos Marques, onde trabalhava atualmente como médico habilitado no Hospital Municipal de Santa Inês.

Ele foi condenado pelos crimes de falsidade ideológica, exercício ilegal da profissão e uso de documento falso, sendo cumprido o mandado de prisão por sentença definitiva e apresentado na 7ª Delegacia Regional de Santa Inês, onde foi feita a comunicação à Justiça.

A Polícia Civil agradece ao apoio irrestrito da sociedade e pede que caso alguém tenha alguma denúncia, entre em contato através do WhatsApp Denuncia da Polícia Civil (98) 991052002. **(Polícia Civil)**



Reprodução



GPE cumpre dois mandados de prisão por tráfico de drogas

As prisões foram feitas pelo Grupo Pronto Emprego (GPE) da 10ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Imperatriz

ANTONIO PINHEIRO

O Grupo Pronto Emprego (GPE) da 10ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Imperatriz deu cumprimento a dois mandados de prisão preventiva pelo crime de tráfico de drogas na manhã de segunda-feira (01). As duas prisões aconteceram

no município de Governador Edison Lobão.

Os mandados foram expedidos pela Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz. As duas pessoas presas foram Gabriel Victor Alves de Oliveira, mais conhecido como Gauguinho, e Bruno Marinho da Silva, 20 anos. O mandado de prisão de Bruno foi expedido pela 1ª Vara Criminal de Im-

peratriz pelo crime de tráfico de drogas no município de Governador Edison Lobão.

Os dois presos foram encaminhados para 10ª Delegacia Regional de Polícia Civil e na tarde de segunda-feira foram encaminhados para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz, onde ficarão aguardando decisão da Justiça.

Preventiva para PMs acusados de crimes

Quadrilha envolvida em assassinatos em Aldeias Altas e Caxias foi presa em abril pela Polícia Civil

O Poder Judiciário converteu a prisão temporária em preventiva dos integrantes de uma organização criminosa, chefiada por militares, acusados de homicídios, roubo e extorsão no interior e em estados vizinhos. A polícia informou que mais de 14 assassinatos teriam sido praticados em menos de dois anos por esses criminosos, nas cidades de Aldeias Altas e Caxias.

Os presos foram os militares Evandro Oliveira dos Santos, Sérgio Adriano Gomes Nunes, Enedito Silva, Raimundo Nonato Lima Chaves e Walmar Mourão Carvalho. Os outros detidos foram Antônio Simão dos Santos e Cícero da Silva.

O delegado Jeffrey Furtado, da Superintendência de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP), declarou, em

entrevista à **Rádio Mirante AM**, ontem, que o grupo criminoso estava preso em cumprimento de mandado de prisão temporária, desde o dia 30 de abril deste ano.●

Íntegra em **o estadoma.com/469135**

NA WEB

Preso homem acusado de golpear a mulher

oestadoma.com/469139

Assaltante é tirado de circulação em São Luís

oestadoma.com/469140

Em Brasília

Bardal e Ney Anderson depõem na Câmara

Delegados Tiago Bardal e Ney Anderson afirmaram que Jefferson Portela determinou investigação clandestina contra desembargadores do TJ/MA. **POLÍTICA 3**

Delegados confirmam denúncias contra Portela em oitiva na Câmara

Tiago Bardal e Ney Anderson afirmaram à Comissão de Segurança da Casa que secretário determinou investigação clandestina contra desembargadores do TJ

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

Os delegados de Polícia Civil do Maranhão Tiago Mattos Bardal e Ney Anderson da Silva Gaspar confirmaram ontem aos parlamentares que integram a Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado, da Câmara Federal, graves denúncias contra o secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela (PCdoB), de determinação para a realização de investigações clandestinas contra desembargadores do Tribunal de Justiça, seus familiares e assessores, além de lideranças políticas do estado.

As declarações dos delegados ocorrem em oitiva realizada ontem, na Câmara. Tiago Bardal foi ouvido por meio de videoconferência, da sede da Polícia Federal, em São Luís. Já Ney Anderson, de forma presencial, em Brasília.

A audiência extraordinária do colegiado com a oitiva dos delegados – realizada a pedido dos deputados federais Aluisio Mendes (Pode) e Paulo Teixeira (PT-SP) – foi transmitida ao vivo por meio da página da comissão hospedada no Youtube. Aluisio foi quem presidiu a oitiva.

Ney Anderson assegurou que Jefferson Portela determinou em várias ocasiões a inserção de números de telefones de assessores e parentes de desembargadores e de políticos, em operações que estavam em andamento, numa manobra ilegal chamada de “Barriga de Aluguel”. Ele chegou a citar dois números de telefones – de um advogado e de um assessor de magistrado [Tiago e Bebetinho, respectivamente] – e pediu a auditoria no Sistema Guardiã.

“Jefferson Portela mandou várias vezes que inseríssemos números de políticos e assessores de magistrados. Ele fazia o direcionamento das investigações e usava a polícia para interesses político-partidários. Eu e Bardal nunca concordamos. Por isso, fomos perseguidos”, disse.

Ney Anderson também afirmou que as denúncias são de fácil comprovação. “É muito simples de se comprovar. Basta fazer uma auditoria no Sistema Guardiã. É necessário que haja a federalização das investigações, que fique sob a responsabilidade da Polícia Federal.

Não há possibilidade de isenção de uma investigação da Polícia Civil do Maranhão nesse caso”, disse.

Ney Anderson citou três investigações sob as quais disse haver direcionamento de Portela: as operações Constelação, Beno e Tentáculos.

Manobra

Bardal também afirmou que Portela determinava a realização de investigações clandestinas contra membros do Judiciário e de lideranças políticas. Da mesma forma que Ney Anderson, ele sustentou jamais ter compactuado com as determinações.

Bardal citou intervenções da cúpula da SSP na Operação Jenga, iniciada em 2017, após ter sido constatada, segundo ele, a ligação de aliados de membros do Governo com agiotas. Ele deu detalhes de uma reunião realizada antes da primeira fase da operação. Informou que, após isso, a segunda fase da operação foi cancelada.

Ney Anderson reafirmou as denúncias e também citou a Operação Jenga como fundamental para se chegar a supostas provas materiais contra Jefferson Portela.

A O Estado, o secretário se manifestou sobre a reunião. Jefferson Portela respondeu que não houve nenhuma novidade. “Trata-se de acusações vazias, proferidas por bandidos que foram presos por ordem do Poder Judiciário. Por vingança contra a atuação firme do sistema de segurança, criaram versões mentirosas para tentar escapar da atuação da lei”, disse.

Câmara]. Mas ouvir que eu e meu filho fomos alvos de investigações clandestinas é grave. O Senado vai entrar no caso”, disse.

Ney Anderson reafirmou as denúncias. “Quero primeiro afirmar que nunca compactuei com nenhuma dessas determinações de Jefferson Portela. E asseguro, olhando nos seus olhos, que ele pediu várias vezes para investigar você [Roberto Rocha] e o seu filho”, disse.

Ney Anderson e Tiago Bardal fizeram juramento, perante os parlamentares, de falar a verdade na oitiva. ●

Senado também vai apurar denúncias

O senador Roberto Rocha (PSDB) assegurou ontem, durante a oitiva dos delegados, que o Senado da República vai entrar no caso.

Ele pediu as notas taquigráficas da audiência, falou da gravidade do caso e disse que pedirá providências do Senado. A afirmação de Roberto Rocha ocorreu após o delegado Ney Anderson ter afirmado que ele [o senador] e o seu filho teriam sido alvos de investigação clandestina.

“É um caso muito grave. Peço as notas taquigráficas para que as medidas possam ser adotadas pelo Senado. Como pertenço ao Senado, não posso adotar medidas aqui [na

SAIBA MAIS

Investigações contra políticos

O delegado Ney Anderson afirmou que Jefferson Portela tentou investigar aliados e adversários políticos do Governo. Ele citou nominalmente o deputado federal Márcio Jerry (PCdoB) e o senador Roberto Rocha (PSDB), que participavam da audiência, como alvos de Portela, além de o vereador Astro de Ogum e seu filho. Assegurou, contudo, que Astro e o seu filho jamais cometeram qualquer crime.

“Ele inseria números de telefones para fazer chantagem política. Mandou fazer a interceptação telefônica do vereador, um político de expressão no estado. Mas não havia nada contra o vereador e seu filho. Eles não haviam cometido crime algum. Foi ilegal”, disse. Ney Anderson também citou manobra da SSP para evitar investigação contra a prefeita de Raposa, Talita Laci (PCdoB).

Agência Câmara dos Deputados



Tiago Bardal, por videoconferência, e Ney Anderson voltaram a denunciar secretário Jefferson Portela

ESTADO MAIOR

Efeito contrário

As denúncias do ex-delegado Tiago Bardal e do delegado Ney Anderson Gaspar sobre espionagem contra desembargadores e políticos no Maranhão com suposta determinação do titular da Secretaria Estadual de Segurança (SSP), Jefferson Portela, ganhou repercussão maior do que poderia ser imaginado.

E tudo por conta das investidas de última hora do PCdoB para tentar barrar os depoimentos de Bardal e Ney Anderson na Câmara Federal. Ou seja, antes, o que parecia uma questão paroquial acabou ganhando visibilidade nacional com a entrada em cena da Presidência da Câmara.

Não se sabe se por "companheirismo" aos comunistas do Maranhão ou por ter sido levado ao erro, o presidente da Casa, Rodrigo Maia, deu uma decisão suspendendo o depoimento de Tiago Bardal a pedido da deputada federal do PCdoB, Perpétua Almeida (do Acre).

Esta foi somente uma das investidas do partido de Jefferson Portela para barrar a audiência que teve também até descumprimento de decisão judicial por parte de policiais civis, que não queriam liberar Bardal para prestar o depoimento.

O fato é que os delegados reafirmaram denúncias contra o secretário. Em defesa, o deputado Márcio Jerry (PCdoB) usou suas falas para tentar desqualificar os depoentes.

Para resolver o impasse, o deputado Aluisio Mendes (Pode), que propôs a audiência, solicitou a Jerry que ele conversasse com o governador Flávio Dino para que uma auditoria fosse feita no Sistema Guardiã e assim mostrar se realmente não houve arapongagem contra desembargadores e políticos no Maranhão.

O governo do Estado pode encerrar as denúncias mandando auditar o sistema Guardiã

Insistência

A deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB/AC) tentou, de todas as formas, impedir a oitiva não somente do ex-delegado Tiago Bardal como também do delegado Ney Anderson Gaspar.

Na abertura da reunião da Comissão de Crime Organizado da Câmara, ontem, ela chegou a propor o adiamento dos depoimentos, sob a tese de que Anderson não dispunha de "condições psicológicas".

O pedido foi rechaçado de forma imediata pela presidência do grupo de trabalho.

Pessoais

As constantes sugestões dos deputados presentes à audiência talvez não surtiram efeito prático diante do governo estadual.

Aluisio Mendes e Edilázio Júnior pediram que Portela fosse afastado do cargo que ocupa, para que as investigações fossem imparciais, além da auditoria no Guardiã.

Durante toda a audiência, o discurso de quem defendia Portela alegava que a motivação dos delegados são pessoais contra o secretário.

Citações

O delegado Ney Anderson disse que tanto o deputado Márcio Jerry e seus familiares quanto os familiares do senador Roberto Rocha tiveram seus telefones interceptados.

O senador tucano disse que vai pedir uma audiência para depoimentos dos delegados no Senado, por considerar graves as denúncias.

No rol dos interceptados ilegalmente, ainda segundo os delegados, havia ainda o deputado Josimar de Maranhãozinho (PL) e Astro de Ogum (PL) com direito a nome de operação criado.

Mais depoimento

E ainda sobre o depoimento dos delegados na Comissão de Segurança da Câmara, ficou confirmada durante a audiência que uma comissão de oito deputados federais virá ao Maranhão.

Este pedido foi feito por Aluisio Mendes após decisão de Rodrigo Maia de proibir o depoimento de Tiago Bardal na comissão.

Mesmo o presidente voltando atrás da decisão, Mendes manteve pedido e o ex-delegado será ouvido pelos parlamentares no estado.



Divulgação

Tribunal de Justiça disponibiliza para consulta lista que obedece ordem cronológica de pagamento

TJMA recebe 2.387 ofícios de requisição de precatórios

Precatório é o procedimento administrativo através do qual se faz o pagamento da dívida pública decorrente de sentença

A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu até a última segunda-feira, 1º, os ofícios de requisição de precatórios advindos dos Juízos de execução para notificação dos entes devedores com finalidade de inclusão da previsão da despesa no orçamento do exercício de 2020.

Precatório é o procedimento administrativo por meio do qual se faz o pagamento da dívida pública decorrente de sentença judicial transitada em julgado, obedecendo a uma ordem cronológica de pagamento, disponibilizada para consulta em lista pública no site do Tribunal de Justiça.

Para definição da pauta de pagamento por ordem cronológica,

considera-se como momento de apresentação do precatório a data do protocolo do ofício de requisição, observadas a natureza do crédito (alimentar ou comum) e a classificação das preferências por doença, idade ou necessidades especiais (CF/88, art. 100, §§ 1º e 2º).

Exercício de 2020

Os precatórios apresentados ao Tribunal de Justiça entre 2 de julho de 2018 e 1º de julho de 2019 (ano de elaboração da proposta orçamentária) serão informados à entidade devedora até o dia 20 de julho de 2019 para inclusão no exercício de 2020 (Resolução n.º 115/2010 do CNJ, art. 7º e § 1º; Constituição da República, art. 100, § 5º).

Nesse período, foram recebidos 2.387 ofícios de requisição de pre-

catórios para inclusão no orçamento do próximo exercício, dos quais 1.128 no último mês, ou seja, cerca de 47,25% do total e 326 requisições apenas no dia de ontem (1º de julho).

“Junho é, historicamente, o mês em que ocorre esse pico no recebimento de requisições para pagamento de precatórios”, explica o juiz auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios, Dr. André B. P. Santos, que destacou, também, o empenho do setor de Protocolo Administrativo, bem como de toda a equipe da Coordenadoria de Precatórios, que trabalhará agora em regime de mutirão para o envio, até 20 de julho, das listas a todos os entes devedores contemplando a relação dos precatórios requisitados até 1º de julho. ●



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 39/2019

Processo nº 18355/2019

Objeto: Registro de preços objetivando aquisição de materiais de acessibilidade para atender às demandas das unidades administrativas e judiciais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão;

Abertura: 16/07/2019 às 09:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181/6194.

São Luís/MA, 1º de julho de 2019. Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeira TJMA (Uasg 925125).

**TJMA recebe 2.387 ofícios de requisição de
precatórios para inclusão no orçamento de 2020**

Página. 7

TJMA recebe 2.387 ofícios de requisição de precatórios para inclusão no orçamento de 2020

Precatório é o procedimento administrativo através do qual se faz o pagamento da dívida pública decorrente de sentença judicial transitada em julgado, obedecendo a uma ordem cronológica de pagamento, disponibilizada para consulta em lista pública no site do Tribunal de Justiça.

A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu até a última segunda-feira (1), os ofícios de requisição de precatórios advindos dos Juízes de execução para notificação dos entes devedores com finalidade de inclusão da previsão da despesa no orçamento do exercício de 2020.

Precatório é o procedimento administrativo através do qual se faz o pagamento da dívida pública decorrente de sentença judicial transitada em julgado, obedecendo a uma ordem cronológica de pagamento, disponibilizada para consulta em lista pública no site do Tribunal de Justiça.

Para definição da pauta de pagamento por ordem cronológica, considera-se como momento de apresen-



tação do precatório a data do protocolo do ofício de requisição, observadas a natureza do crédito (alimentar ou comum) e a classificação das preferências por doença, idade ou necessidades especiais (CF/88, art. 100, §§ 1º e 2º).

Os precatórios apresentados ao Tribunal de Justiça entre 2 de julho de 2018 e

1º de julho de 2019 (ano de elaboração da proposta orçamentária) serão informados à entidade devedora até o dia 20 de julho de 2019 para inclusão no exercício de 2020 (Resolução n.º 115/2010 do CNJ, art. 7º e § 1º; Constituição da República, art. 100, § 5º).

Nesse período foram recebidos 2.387 ofícios de

requisição de precatórios para inclusão no orçamento do próximo exercício, dos quais 1.128 no último mês, ou seja, cerca de 47,25% do total e 326 requisições apenas no dia de ontem (1.º de julho).

“Junho é, historicamente, o mês em que ocorre esse pico no recebimento de requisições para pagamento de precatórios”, explica o Juiz Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios, Dr. André B. P. Santos, que destacou, também, o empenho do setor de Protocolo Administrativo, bem como de toda a equipe da Coordenadoria de Precatórios, que trabalhará agora em regime de mutirão para o envio, até 20 de julho, das listas a todos os entes devedores contemplando a relação dos precatórios requisitados até 1.º de julho.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



- 1** O deputado Zé Inácio voltou a cobrar, ontem, o cumprimento da decisão do juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins. No dia 27, ele determinou a obrigatoriedade de os bancos públicos e privados de contratarem vigilância armada 24h em suas agências.
- 2** A Lei 10.605/2017, que ampara a decisão de Douglas Martins, é de autoria de Zé Inácio e visa garantir a segurança dos cidadãos nas agências e funcionários. Assim evitaria a onda de assaltos, à noite, de bandos contra os bancos.

Bastidores

Coriolano Filho

DRT 1069-MA

editoria@oprogressonet.com

Vigilância

O deputado estadual Zé Inácio (PT) subiu à tribuna da Assembleia para comentar a decisão proferida pelo juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, no último dia 27, que determina a obrigatoriedade, por parte dos bancos públicos e privados, do cumprimento, nos próximos trinta dias, da Lei 10.605/2017, de sua autoria. A Lei dispõe, entre outros, sobre a contratação de vigilância armada para atuar 24 horas por dia nas agências bancárias, inclusive em finais de semana e feriados. “Nesses últimos meses, aqui na capital, nós tivemos vários assaltos a agências bancária. Já foram dez agências assaltadas somente aqui na capital neste ano de 2019”, observou o deputado.

Desce

O ex-prefeito de São João do Caru/MA, Jadson Lobo Rodrigues, foi condenado a cinco anos de reclusão pela Justiça por dispensa ilegal de licitação e crime de responsabilidade (desvio de dinheiro público).

São João do Caru

Ex-prefeito é condenado a cinco anos de reclusão

Após Denúncia do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário condenou o ex-prefeito de São João do Caru, Jadson Lobo Rodrigues, por dispensa ilegal de licitação e crime de responsabilidade (desvio de dinheiro público). O réu foi condenado à pena de privação de liberdade em cinco anos e cinco meses de reclusão e outra de três anos de detenção, além do pagamento de 10 dias-multa. O valor do dia-multa foi fixado em cinco salários-mínimos.

A sentença, de 18 de junho,

aponta que o ex-gestor contratou serviços contábeis sem procedimento licitatório e realizou transferências bancárias no valor de R\$ 200 mil. Ele também realizou transferências bancárias de valores pertencentes ao Município para sua própria conta bancária e de pessoas ligadas a ele.

A justiça decretou a inabilitação do acusado, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio

público ou particular. Jadson Lobo Rodrigues foi condenado a reparar os prejuízos causados aos cofres públicos em R\$ 1.449.875,47, valor referente às transferências ilegais subtraídas do patrimônio público municipal.

IRREGULARIDADES

De acordo com o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira, titular da Comarca de Bom Jardim, da qual São João do Caru é termo judiciário, em 2016, o então vice-prefeito Antônio Pereira da Silva formulou representação ao

MPMA denunciando que o gestor teria realizado diversas compras sem o procedimento licitatório e anexou comprovantes de transferências bancárias.

O contador da Prefeitura, Hadad Mendes, contratado sem licitação, recebeu R\$ 200 mil. A irmã de um empresário aliado político do ex-gestor, Sanmara Pinheiro, recebeu R\$ 1.235.540,00. Além disso, Jadson Lobo recebeu R\$ 6.255,47 em sua conta pessoal e a companheira dele, Thalia Ferreira, recebeu R\$ 8.080,00.

Fórum de Viana lança Edital para financiamento de projetos sociais

A juíza Odete Pessoa Mota Trovão, titular da 1ª Vara e diretora do Fórum de Viana, publicou Edital convocando organizações e entidades públicas ou privadas com finalidade social interessadas em participar de seleção de projetos para a obtenção de recursos financeiros, arrecadados com prestações pecuniárias, suspensão condicional do processo e transação penal. A magistrada ressalta que o Edital tem sustentação na Resolução

nº 154 de 13 de julho de 2012 do Conselho Nacional de Justiça e no Provimento 10/2012 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, que regulamentam a aplicação de recursos oriundos da Justiça. As inscrições devem ser feitas no período de 1º a 26 de julho. O Edital tem como objetivo selecionar projetos apresentados por organizações e entidades públicas ou privadas com finalidade social, objetivando oferecer apoio financeiro e

encaminhamento de reeducandos para executar os projetos apresentados, bem como para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde. Poderão se inscrever na seleção a entidade pública ou privada com finalidade social que possuam projetos voltados à segurança pública, educação ou saúde, que atendam a áreas vitais e de relevante cunho social, desde que estejam instaladas na cidade de Viana. O Edital ressalta que será

priorizado repasse aos beneficiários que mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestações de serviços à comunidade ou a entidades públicas, bem como atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, e apresentem serviços de maior relevância social e projetos com maior viabilidade de implementação.

TJMA recebe 2.387 ofícios de requisição de precatórios para inclusão no orçamento de 2020

A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu - até segunda-feira (1º) - os ofícios de requisição de precatórios advindos dos Juízos de execução para notificação dos entes devedores com finalidade de inclusão da previsão da despesa no orçamento do exercício de 2020. Precatório é o procedimento administrativo por meio do qual se faz o pagamento da dívida pública decorrente de sentença judicial transitada em julgado, obedecendo a uma ordem cronológica de pagamento, disponibilizada para consulta em lista pública no site do Tribunal de Justiça.

Os precatórios apresentados ao TJ entre 2 de julho de 2018 e 1º de julho de 2019 (ano de elaboração da proposta orçamentária) serão informados à entidade devedora até 20 de julho de 2019 para inclusão no exercício de 2020 (Resolução n.º 115/2010 do CNJ, art. 7º e § 1º; Constituição da República, art. 100, § 5º).

Nesse período foram recebidos 2.387 ofícios de requisição de precatórios para inclusão no orçamento do próximo exercício, dos quais 1.128 no último mês, ou seja, cerca de 47,25% do total e 326 requisições apenas no dia de ontem (1º).

Rapidinhas

- O presidente do TJMA, desembargador Joaquim

Figueiredo recebeu, ontem (2), no gabinete da Presidência, visita do vice-almirante, Newton de Almeida Costa Neto, comandante do 4º Distrito Naval, e do capitão dos Portos do Maranhão, capitão de Mar e Guerra, Marcio Ramalho Dutra e Mello.

- Na ocasião, Joaquim Figueiredo entregou ao comandante do 4º Distrito Naval, Newton de Almeida Costa Neto, e ao capitão dos Portos do Maranhão, capitão de Mar e Guerra, Marcio Ramalho Dutra e Mello, a Medalha 'Comemorativa dos 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão'.

Convertida para preventiva prisão de PMs envolvidos em grupo miliciano em Caxias

NELSON MELO

FOTOS: DIVULGAÇÃO

A Justiça converteu em prisões preventivas as prisões temporárias dos cinco policiais militares investigados por integrarem um grupo de extermínio na cidade de Caxias, na Região dos Cocais. Além dos PMs, também houve conversão dos três civis suspeitos dos homicídios encomendados, sendo um deles o pistoleiro Santo da Conceição Silva, o “Paulo Bala”.

O delegado Jeffrey Furtado, da SHPP, explicou que foram convertidas, no último fim de semana, as prisões do sargento Raimundo Nonato Lima Chaves, sargento Enedino Silva, sargento Sérgio Adriano Gomes Nunes, cabo Walmar Mourão Carvalho e cabo Evandro Oliveira dos Santos. Assim como as de Cícero da Silva, Antonio Simeão dos Santos, o “Toinho”, e “Paulo Bala”. Furtado enfatizou que um dos membros do grupo miliciano, identificado como Rodrigo Ferreira Itar, continua foragido.

PRISÃO DOS MILITARES

Os cinco policiais foram capturados no dia 30 de abril deste ano, após incursões da Polícia Civil e o Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público Estadual (MPE), durante a denominada “Operação Balaiaida”, nas cidades de Caxias e Aldeias Altas, na Região dos Cocais. As



Três policiais militares e o pistoleiro “Paulo Bala” tiveram suas prisões convertidas em preventiva

equipes deram cumprimento a mandados de prisão temporária e busca e apreensão, decretados pela 1ª Vara da Comarca de São Luís. Segundo a investigação do delegado Jeffrey, Antônio Simeão e Cícero da Silva atuavam como pistoleiros dos milicianos. Bem como “Paulo Bala”, que foi preso somente no dia 3 de maio em Aldeias Altas pela Delegacia Regional de Caxias. O grupo, de acordo com a SHPP, praticava mortes por encomendas e até ataques a instituições financeiras. Os militares eram os agenciadores e contratavam os assassinos para os “serviços”. Conforme as fontes, até o padre de Aldeias Altas esteve entre os alvos da organização criminosa, sendo que ele teve que fugir da cidade devido às ameaças do grupo

miliciano. As delegacias regionais de Caxias e Timon também participaram dessa operação.

INVESTIGAÇÃO

Segundo explicado pelo delegado Jeffrey Furtado, a apuração do caso pela Superintendência começou há oito meses, logo após a Delegacia Regional de Caxias ter solicitado apoio por conta de uma série de homicídios dolosos que ocorreram na região. Inicialmente, pensava-se que eram crimes difusos, mas, com o aprofundamento do caso, verificou-se que havia indícios de uma milícia. Jeffrey mencionou que as investigações foram transferidas para a SHPP devido à complexidade do caso, uma vez que se tratavam de várias mortes

ligadas umas às outras no que se refere à autoria. Essas execuções, conforme Furtado, eram cometidas por diversas motivações, como vingança e acerto de contas. Até uma espécie de “tribunal do crime” ocorria, pois os milicianos também matavam quem praticava outros delitos. O delegado informou que um ex-membro da organização criminosa fez delação premiada e contou detalhes de como o grupo funcionava. Esse colaborador sugeriu que mais de 12 homicídios foram cometidos pelo bando, incluindo duplos assassinatos. Jeffrey disse que os policiais presos são lotados no 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM) de Caxias, enquanto os civis capturados são moradores de Aldeias Altas.